

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

TIPO/Nº: PLV 91/2024

AUTOR: \_\_\_\_\_

RELATOR: Julio Cesar

DATA: 11/11/2024 Presidente: Jaurine

**RELATOR**

PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA: ( ☒ ) SIM ( ) NÃO  
VISTA AO AUTOR PARA ADEQUAÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO

DATA: 11/11/2024

Relator: [Assinatura]

( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa

( ) O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Relator \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereadora Laurinha</b></p> <p>( ) ADMISSÍVEL ( ) INADMISSÍVEL</p> <p>_____</p> <p><b>Presidente</b></p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p>( ) ADMISSÍVEL ( ) INADMISSÍVEL</p> <p>_____</p> <p><b>Vice-Presidente</b></p>
<p><b>Vereador Rovam Castro</b></p> <p>( ) ADMISSÍVEL ( ) INADMISSÍVEL</p> <p>_____</p> <p><b>Secretário</b></p>	<p><b>Vereador Júlio Lamim</b></p> <p>( ) ADMISSÍVEL ( ) INADMISSÍVEL</p> <p>_____</p> <p><b>Membro</b></p>

**Vereador Julio Cesar Pereira da Silva**

( ) ADMISSÍVEL  
( ) INADMISSÍVEL

\_\_\_\_\_

**Membro**

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

( ) ADMISSIBILIDADE  
( ) INADMISSIBILIDADE

Câmara Municipal, Rio Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Presidente**

02  
3



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

**PARECER JURÍDICO**

EMENTA: AO PROCESSO LEI DE VEREADOR  
Nº. 091/2024

Trata de projeto de Lei de Vereador (PLV), “ALTERA O ANEXO UNICO DA LEI Nº 8.770, DE 17 DE MARÇO DE 2022, PARA INSTITUIR O DIA DA MAE ATÍPICA”.

**I – PARECER**

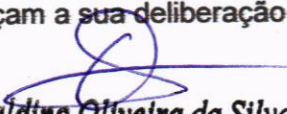
A competência legislativa do município delimitada no art.30 da Constituição Federal pelo conceito aberto contido na expressão de seu inciso I que os autoriza a “legislar sobre assuntos de interesse local”, desde que a matéria não seja privativa de outro ente da Federação.

Não vemos, assim, qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa inviabilizar sua apreciação pelo Plenário, visto que o presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídica e é adequado a Técnica legislativa.

É o parecer.

conclusão

Diante do exposto, considerando a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Procuradoria opina pela legalidade e regular tramitação do PLV nº 091/2024, por inexistirem vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário.

  
**Osvaldino Oliveira da Silva**  
Consultor Jurídico  
OAB/RS: 115526  
Câmara Municipal do Rio Grande

Rio Grande-RS, 25 de novembro de 2024 .

03

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

TIPO/Nº: \_\_\_\_\_

AUTOR: \_\_\_\_\_

RELATOR: FABINHO

DATA: 12/02/2025 Presidente: JUQUINHA

**RELATOR**

PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA: ☒ SIM ( ) NÃO  
VISTA AO AUTOR PARA ADEQUAÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025

Relator: f

☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa

( ) O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Relator f em 05/03/2025

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p><b>Vereador Juquinha</b></p> <p>( ) ADMISSÍVEL ( ) INADMISSÍVEL</p> <p>_____</p> <p><b>Presidente</b></p>	<p><b>Vereador Glauber</b></p> <p>( ) ADMISSÍVEL ( ) INADMISSÍVEL</p> <p>_____</p> <p><b>Vice-Presidente</b></p>
<p><b>Vereador Fabinho</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> ADMISSÍVEL ( ) INADMISSÍVEL</p> <p>_____</p> <p><b>Secretário</b></p>	<p><b>Vereador Lary</b></p> <p>( ) ADMISSÍVEL ( ) INADMISSÍVEL</p> <p>_____</p> <p><b>Membro</b></p>

**Vereadora Regininha**

( ) ADMISSÍVEL  
( ) INADMISSÍVEL

\_\_\_\_\_

**Membro**

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

( ) ADMISSIBILIDADE  
( ) INADMISSIBILIDADE

Câmara Municipal, Rio Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Presidente**

50





## **PARECER JURÍDICO**

PLV: 91/2024

Protocolo: 2604/2024

### **I - ANÁLISE PRELIMINAR**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Vereador Rovam Castro, que “Altera o anexo único da Lei nº 8.770, de 17 de março de 2022, para instituir o Dia da Mãe Atípica”

O processo chega para parecer instruído com as seguintes peças: (1) Projeto, (2) Despacho da Relatoria da CCJ enviando o feito para parecer jurídico, (3) Parecer IGAM.

### **II - PARECER**

A matéria é de evidente interesse local, que se ajusta, portanto, à competência legislativa do Município, conforme art. 30, I, da Constituição Federal.

Regular, também, a iniciativa parlamentar da proposição, pois dispõe sobre matéria em que esta é concorrente, podendo o processo legislativo ser deflagrado por qualquer dos Poderes, Executivo e Legislativo.

### **III - CONCLUSÃO**

Nestes termos, conclui-se que a proposição não apresenta vícios formais e materiais, atendendo aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e legalidade, sendo pertinente a sua iniciativa, opinando esta Consultoria pela sua *viabilidade*.

Rio Grande, 18 de fevereiro de 2025.

  
**Nicole Dos Santos Porto**  
OAB/RS 133952  
Consultora Jurídica  
Câmara Municipal do Rio Grande

05  
9